

PSOL: PANORAMA POLÍTICO DO PARTIDO E CRÍTICA À POLÍTICA ECONÔMICA DOS GOVERNOS DO PT ENTRE 2003 E 2016

Pablo Thiago Correia de Moura¹

Alexsander Costa²

Joazadaque Lucena de Souza³

Resumo: O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), desde sua fundação, engajou-se na oposição de esquerda frente ao Partido dos Trabalhadores (PT), buscando disputar a hegemonia nesse campo a partir da crítica à condução da Política Econômica implementada pelos governos do PT. Face a essa conjuntura, o objetivo deste estudo consistiu em 1) elaborar uma breve historiografia dos rumos da economia brasileira ao longo dos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff; 2) apresentar o panorama político do PSOL; 3) identificar as críticas do PSOL às políticas econômicas dos mandatos petistas. A metodologia foi alicerçada em fontes bibliográficas que tratam do tema, documentação institucional do PSOL, além de dados econômicos e eleitorais que versam sobre o período de 2003 a 2016. Os resultados da análise apontam que, apesar do PSOL conseguir elaborar sua crítica à política econômica adotada pelos governos petistas, acabou por não lograr êxito como alternativa política de esquerda ao PT, ao menos no que se refere à arena eleitoral.

Palavras-chave: PSOL; Política Econômica; PT; Crise Econômica Mundial; Eleições.

PSOL: POLITICAL OVERVIEW OF THE PARTY AND CRITICISM OF THE ECONOMIC POLICY OF THE PT GOVERNMENTS BETWEEN 2003 AND 2016

Abstract: Since its founding, the Socialism and Freedom Party (PSOL) has engaged in the left-wing opposition to the Workers' Party (PT), seeking to dispute the hegemony in this field by criticizing the economic policy implemented during their respective administrations. Given this scenario, the objective of this study was to: 1) make a historiography of the conduction of the Brazilian economy during the Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff governments 2;) present PSOL's political landscape; and 3) identify PSOL's criticism of the economic policies of PT administrations. The methodology was based on bibliographic sources addressing the topic, PSOL's

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É professor do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). E-mail: pablothiago.correia@gmail.com

² Doutorando; Mestre e Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É professor do Instituto Federal de Goiás (IFG - Campus Cidade de Goiás). E-mail: alexsander@iftm.edu.br

³ Doutorando; Mestre e Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É professor do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE). E-mail: joazadaquesouza@recife.ifpe.edu.br

institutional documentation, and economic and electoral data covering the period from 2003 to 2016. The results of the analysis indicate that, although PSOL successfully formulated its critique of the economic policies adopted during PT administrations, it ultimately failed to achieve success as a left-wing political alternative to the PT, at least in the electoral arena.

Keywords: PSOL; Economic Policy; PT; World Economic Crisis; Elections.

1 INTRODUÇÃO

O Partido dos Trabalhadores (PT) ascendeu ao Poder Executivo Federal em 2003, após a gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), herdando uma política econômica baseada na cartilha do *Consenso de Washington*⁴, de 1989, que consolidou a adoção de medidas como ajuste fiscal, redução do tamanho do Estado, privatizações, abertura comercial e desregulamentação da economia. Por sua vez, o governo petista passou a sinalizar tanto para a classe trabalhadora quanto para os setores empresariais e o mercado financeiro, com uma gestão voltada para uma política mais ao centro.

A estratégia política adotada pelo PT, no início do primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, teve como foco frear o intenso ciclo de privatizações iniciado no governo de Fernando Collor de Mello e intensificado nos dois mandatos de FHC. Ao mesmo tempo, buscou implementar uma série de políticas públicas que beneficiaram a população com menor poder aquisitivo. De acordo com Carvalho (2018), a política de valorização do salário mínimo e o Programa Bolsa Família destacaram-se como as principais plataformas de redução da pobreza, pois permitiram a recuperação de parte do poder de compra que os brasileiros haviam perdido.

No intuito de buscar alcançar os objetivos da referida estratégia política, o governo petista firmou-se com base em uma espécie de conciliação de classes⁵, a partir

⁴ Elaborado em 1989 pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, foi um conjunto de medidas econômicas e políticas cujo objetivo era aprofundar medidas neoliberais que promoviam reformas de mercado, desregulamentação jurídica e abertura econômica na América Latina. As principais características econômicas do Consenso de Washington incluem a redução do papel do Estado na economia com a privatização de empresas estatais; a desregulamentação de setores produtivos (agropecuária, indústria e comércio); e a abertura ao comércio internacional, incentivando a eliminação de barreiras tarifárias, promovendo a livre circulação de bens, serviços e a abertura para o fluxo de capitais internacionais, considerados essenciais para dinamizar a economia e aumentar a competitividade do país. O alinhamento às recomendações neoliberais trouxe limitações à atuação do Brasil em setores estratégicos como o nuclear e o aeroespacial, resultando, consequentemente, em restrições ao desenvolvimento tecnológico nacional. Por outro lado, promoveu estabilidade macroeconômica e crescimento em curto prazo. Essa perspectiva enfatiza as limitações do Brasil no sistema econômico globalizado, o qual favoreceu os interesses das nações desenvolvidas industrial e tecnologicamente e reforçou a dependência econômica e política do Brasil e da América Latina (Batista, 1994).

⁵ Marx (2006) critica a tentativa de conciliar interesses de classes antagônicas, que são inconciliáveis. A pequena burguesia, uma das frações de classes durante os eventos na França em 1851, defendeu, por exemplo, que o Estado harmonizasse interesses antagônicos como a manutenção da propriedade privada aliada a progressos sociais objetivando a ordem. Segundo Marx, a paz social, proposta pela pequena burguesia, e sua tentativa de pacto conciliatório para apaziguar conflitos não passa de uma falácia. É utilizada para garantir determinados interesses a grupos específicos e, geralmente, os detentores do poder econômico recebem as maiores vantagens dentro da luta de classes, havendo uma aliança tática entre classes com uma finalidade específica associada à conquista do poder e sua manutenção. Para

de seus discursos substancializados na *Carta ao povo brasileiro*⁶, bem como de suas práticas econômicas, mais reformistas⁷ e menos revolucionárias. À vista disso, escritos de Fernandes (2019) dão conta de que o PT (partido que já foi mais plural e com divisões internas consideravelmente mais acentuadas em relação às suas teses e aos debates congressuais), aos poucos, passou a ter mais apego ao poder burocrático, abriu mais espaço para acordos políticos junto ao Congresso Nacional e às práticas de fisiologismo e, por conseguinte, desestimulou cada vez mais as possibilidades de oposição interna, de disputa pela construção do programa e pela coordenação do partido. Dessa forma, os princípios ideológicos⁸ que outrora fundaram o PT teriam sido eclipsados por políticas neoliberais, segundo Batista (1994), pois beneficiaram, em grande medida, empresários e banqueiros.

Um exemplo substancial das práticas citadas anteriormente foi a aprovação da Reforma da Previdência dos servidores públicos em 2003, ainda no primeiro ano do mandato de Lula. Esse evento fora o estopim para a ocorrência de uma expressiva desfiliação e de expulsão de membros do PT, fazendo com que fosse criado um novo partido que abarcasse os anseios de uma ala em desacordo com os rumos da política

Marx, nesse contexto, é impossível haver conciliação de classes, sendo a revolução a única saída para a classe trabalhadora.

⁶ Em 22 de junho de 2002, durante encontro sobre o programa de governo do partido, o então candidato à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, leu uma carta evidenciando sua adesão ao mercado financeiro: “O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas para ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República. Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social” (Silva, 2002, p. 5).

⁷ É preciso conceituar o reformismo – uma tradição dentro das esquerdas – para que não haja confusão entre o que é reformismo e o que é uma reforma neoliberal, ou políticas de caráter liberal. Para Coutinho, “A palavra ‘reforma’ foi sempre organicamente ligada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda” (Coutinho, 2012, p. 122). Para a esquerda, a reforma é historicamente compreendida como um processo de transformação social de caráter progressista, voltado à expansão de direitos, proteção social, controle do mercado e fortalecimento do Estado em benefício das classes trabalhadoras e subalternas. Assim, vincula-se à reforma, a conquista de melhorias sociais e políticas que promovem a justiça social, a igualdade e o fortalecimento da democracia.

⁸ Fernandes (2019) destaca a ocorrência de uma mudança progressiva na base teórica, cada vez menos influenciada pelo marxismo, para compreender as relações de classe sob o capitalismo, e passa a adotar compreensões weberianas ou bourdieusianas dessas relações, muitas vezes concebendo classe como um produto da dimensão cultural.

econômica vigente à época (Fernandes, 2019). Assim, em 2004, foi fundado o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), cujo registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) só foi obtido no ano de 2005.

O PSOL nasce, portanto, como alternativa à esquerda hegemônica vigente no poder. Em síntese, enquanto o PT se distanciava cada vez mais das bases que o identificava como partido genuinamente de esquerda, devido ao aumento de conexões com a iniciativa privada e as dependências em relação a ela, emergia das entranhas de um governo estruturalmente conciliador o novo partido que se apresentava como um contraponto. No seu bojo, o PSOL trazia o radicalismo⁹ outrora abandonado pelo PT. Nesse sentido, alinhado a esse espectro político, surge a expectativa que se contrapõe “ao capitalismo e se empenha na luta contra ele através dos explorados e oprimidos, enquanto a esquerda moderada opera sob as regras do neoliberalismo e frequentemente divide e coopta grupos radicais para neutralizar suas atividades” (Jeffery, 2013 *apud* Fernandes, 2019, p. 91). Sob esse aspecto, os apontamentos do I Congresso do PSOL denunciavam que a experiência do PT no Governo Federal: “frustrou as expectativas daqueles que esperavam uma verdadeira mudança no país a favor dos interesses populares. [...] Restaram escombros de um partido restrito aos limites eleitorais e adaptado ao sistema” (PSOL, 2007. p. 1).

Dentre as divergências que deram lastro à oposição do PSOL aos governos do PT, houve um destaque para a subordinação da política econômica ao chamado Tripé Macroeconômico, proposto pelo governo FHC. De acordo com Oreiro e De Paula (2021), esse tripe caracteriza-se pela manutenção de um câmbio flutuante que submete a economia nacional aos mercados internacionais, pelo cumprimento de metas de inflação e pela existência de uma meta fiscal que obriga a destinação de uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) para o pagamento de juros da dívida pública¹⁰, provocando, assim, uma limitação da capacidade de investimento do Estado.

Diante do cenário apresentado, o objetivo deste estudo reside em 1) elaborar uma breve historiografia dos rumos da economia brasileira ao longo dos governos Lula

⁹ Essa característica remete a uma concepção que visa “designar qualquer tendência filosófica ou política que proponha a renovação radical dos sistemas vigentes, ou seja, a transformação dos princípios nos quais se apoiem os sistemas de crenças ou as instituições tradicionais” (Abbagnano, 2007, p. 824).

¹⁰ O termo Dívida Pública é empregado no sentido de todo e qualquer empréstimo realizado pelo Governo e emissão de títulos compromissados por parte do Banco Central.

(2003-2010) e Dilma (2011-2016); 2) apresentar o panorama político do PSOL; 3) identificar as críticas do PSOL às políticas econômicas dos mandatos petistas. A metodologia fundamenta-se nos parâmetros de uma pesquisa qualitativa, baseada em fontes bibliográficas, documentação institucional do PSOL (programa político, análises de conjuntura e relatórios dos congressos nacionais do partido) e utilização de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), obtidos em *sites* na *internet*. Caracterizamos o PSOL em termos organizativos e ideológicos, e analisamos sua estrutura organizativa, observando seu programa político, suas estratégias eleitorais e sua crítica à política econômica do seu principal adversário no seu espectro político-ideológico, o PT. Como recorte temporal, foi utilizado o período compreendido entre 2003 e 2016, quadra histórica que marca os mandatos dos governos petistas à Presidência da República daquele período.

A relevância do tema está relacionada à área de política e, mais particularmente, de política partidária de ideologia de esquerda marxista voltada ao campo econômico. Destacamos a possibilidade de investigar e estudar os partidos considerados pequenos pelas denominações políticas (devido à pouca representatividade parlamentar e de eleitorado), buscando compreender o que um partido ideológico pode acrescentar ou quais mudanças pode produzir no cenário político nacional.

Os resultados obtidos após a análise do panorama político do PSOL e da crítica à condução da política econômica do PT, dão conta de que, apesar daquele partido ter construído uma crítica sobre o modelo de desenvolvimento econômico implementado no primeiro governo do presidente Lula (2003-2006) e ter obtido um resultado eleitoral considerável no pleito de 2006 (TSE, 2006), o PSOL não conseguiu repetir o êxito na arena político-eleitoral no pleito presidencial seguinte, realizado em 2010 (TSE, 2010). Uma das explicações para o referido insucesso eleitoral do PSOL frente ao PT teria relação com a adoção de medidas econômicas anticíclicas do segundo mandato de Lula. Conforme Loureiro, Santos e Gomide (2011, p. 65), ao discorrerem sobre o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no segundo mandato de Lula, a ampliação do sistema de crédito consignado, a massificação dos programas de transferência de renda, os aumentos reais no salário mínimo, a ampliação de vagas para o serviço público e os reajustes salariais para essa categoria seriam um indicativo de

que a política fiscal deixará de ser unicamente um instrumento de garantia de solvência para os credores, mas também adquirira papel relevante na política de crescimento econômico e de melhoria da distribuição de renda. Acreditamos que esse aspecto deixou um espaço diminuto para o crescimento político do PSOL.

O PSOL também foi crítico à condução da política econômica dos governos da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). As análises de conjuntura e teses congressuais do partido (PSOL, 2011; PSOL, 2012; PSOL, 2013; PSOL, 2015; PSOL, 2017) estabeleceram sua visão sobre temáticas como crescimento do PIB, trajetória de investimentos, empréstimos subsidiados e isenções fiscais, privatizações, ajuste fiscal, *impeachment* etc. Nesse sentido, Filgueiras (2017) faz uma síntese dos governos supracitados, destacando que o objetivo de impulsionar a economia por meio de desonerações fiscais em um cenário de desaceleração da atividade econômica não surtiu o efeito desejado desde o primeiro mandato, levando a resultados não só insatisfatórios no que se refere à resposta produtiva dos empresários, mas também à deterioração expressiva das contas públicas, em função da queda das receitas orçamentárias. No início de seu segundo governo, a implementação de uma política fiscal ortodoxa em um momento de desaceleração do consumo e retração dos investimentos foi catalisadora da queda expressiva do PIB, da retração dos investimentos e da fragilização do governo, a qual, por extensão, desaguiaria no processo de *impeachment* da presidente, golpe com as digitais da grande burguesia cosmopolita e das forças sociais mais reacionárias da sociedade brasileira.

2 RUMOS DA POLÍTICA ECONÔMICA DO BRASIL ENTRE 2003 E 2016

Estudos de Pereira Júnior (2019) afirmam que, a partir da década de 1990, houve um processo de reestruturação da economia brasileira, tornando-a fortemente influenciada por episódios de crise fiscal, de instabilidade na trajetória da dívida pública e de abertura dos mercados ao capital estrangeiro. Apontamentos de Oreiro e De Paula (2021) dão conta de que a política econômica do Brasil foi caracterizada pelo tripé macroeconômico desde 1999, estabelecendo um regime de metas de inflação, a adoção do câmbio flutuante e uma política fiscal baseada na geração de expressivos *superávits* primários visando promover cenários de estabilidade e de redução da dívida pública em

proporção ao PIB. Nesse sentido, Oreiro (2015) argumentam que esse modelo acabou por subordinar as políticas fiscal e cambial à política monetária pautada pelo referido tripé, fazendo com que o foco central fosse a estabilização do endividamento do setor público com o objetivo de controlar a inflação, em que “a política monetária passou a ser orientada diretamente para o controle da inflação [...]; como também as políticas fiscal e cambial passaram a ser subordinadas ao objetivo da estabilidade de preços” (Oreiro, 2015. p. 03).

No livro *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico* (Carvalho, 2018), nos é evidenciado que o primeiro mandato de Lula (2003-2006) foi pautado por um ajuste fiscal rigoroso, somado ao aumento progressivo das taxas de juros, com o objetivo de conter a elevação da inflação. Além disso, foi mantida uma balança comercial favorável, em um contexto internacional de valorização do dólar, com vistas a aumentar os volumes de exportação e a surfar na elevação dos preços das *commodities*. Já no seu segundo mandato (2007-2010), foi implementada uma trajetória de queda da taxa básica de juros, fazendo com que as exportações deixassem de ser a única fonte de crescimento do PIB brasileiro e o mercado interno passasse a crescer mais rápido, graças aos três pilares da nova política econômica: 1) massificação de programas de distribuição de renda; 2) aumento do consumo das famílias; 3) investimentos públicos em infraestrutura física e social. Em paralelo, as políticas de valorização do salário mínimo culminaram na elevação do consumo de bens e serviços pela população de menor renda, gerando aquecimento do mercado interno.

A esse respeito, Oreiro e De Paula (2021) afirmam que houve flexibilizações importantes no tripé macroeconômico, retirando os investimentos da União do cálculo da meta de *superávit* primário – que seria o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros – a partir de 2009, visando gerar orçamento para executar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Sinaliza-se, assim, que a política fiscal seria pautada pela redução da dívida pública e pelo aumento do investimento público proporcional ao PIB, no intuito de conciliar a estabilidade econômica obtida com o tripé rígido e, ao mesmo tempo, estimular o aumento do crescimento econômico relativamente à demanda. Segundo Carvalho (2018), essas condições fizeram com que o PAC passasse a ser o fator

impulsionador dos investimentos do Estado, especialmente no setor energético: infraestrutura social e urbana (habitação e saneamento) e infraestrutura logística (aeroportos, ferrovias, hidrovias e portos), gerando um crescimento do PIB de 7,5% no ano de 2010.

Outros eventos relevantes ocorridos nesse período foram a liquidação da dívida externa junto ao FMI no ano de 2005 e a progressiva alta no volume de exportações de produtos primários, entre 2006 e 2010. Esse cenário forneceu as condições necessárias para o acúmulo de 200 bilhões de dólares em reservas cambiais já no ano de 2007, requisito essencial para o enfrentamento da Crise Econômica Mundial iniciada em 2008. À vista disso, Loureiro, Santos e Gomide (2011) fazem uma síntese, apontando que as políticas expansionistas destinadas à recuperação do nível de atividade econômica implementadas no sentido de combater a aludida crise foram implementadas em dois grupos: o primeiro focou na geração de liquidez para o sistema financeiro por meio da diminuição dos depósitos compulsórios, da oferta de financiamentos de curto prazo às exportações e da desoneração de alguns setores da economia. Já o segundo grupo, focou sua atuação em medidas mais estruturais como o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida (programa habitacional dirigido para a população de baixa renda) e o uso dos bancos públicos no processo de expansão do crédito, com o objetivo de estimular a recuperação da atividade econômica.

Como resultado, Carvalho (2018) descreve que a valorização do real frente ao dólar e a redução das taxas de juros consequentemente promoveram uma redução líquida da dívida pública de 62,4% (setembro de 2002) para 37% do PIB (novembro de 2008). Nessa conjuntura, o Brasil alcançou e, em seguida, elevou o seu grau de investimento, passando a ser um destino interessante para investimentos externos. Por outro lado, a intensa valorização do real fez com que o dólar chegasse ao patamar de R\$1,76 em 2010, diminuindo os ganhos com exportações e barateando os produtos importados no mercado nacional.

Ao final de 2010, dois setores empresariais disputavam o orçamento público em lados divergentes: os rentistas e os produtivistas. O grupo econômico denominado de rentistas unificaria o capital financeiro e a classe média tradicional, enquanto um outro agrupamento de mercado, intitulado de produtivistas, seria composto pelo setor

industrial que, na época, tinha associação com parcelas organizadas da classe trabalhadora (Singer, 2015). O motivo do embate era claro: durante a era Lula, os rentistas foram muito fortalecidos em relação aos produtivistas, em função das especulações do mercado financeiro, em um ambiente de juros altos e diminuição percentual da participação da indústria no consumo das famílias. Em vista disso, Filgueiras (2017) evidencia que esse conflito de planos e projetos políticos entre diferentes frações do capital e da burguesia, identificados com maior ou menor grau de dependência da economia brasileira, traduziu a correlação de forças dentro do bloco político de poder vigente no período histórico analisado.

Singer (2015), em consonância com o texto *Brasil do diálogo, da produção e do emprego*, afirma que no começo de 2011 a perda de força política do setor produtivista e industrial (causada pela reprimarização das exportações) e a substituição da produção doméstica por produtos e insumos industriais importados foram fatores que alteraram a correlação de forças entre os dois setores que disputavam o orçamento público, conforme mencionado anteriormente. Exemplo desse processo, segundo o autor, foi o documento assinado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Dessa forma, o primeiro governo Dilma foi caracterizado pela desaceleração de investimentos públicos e pela promoção do crescimento das desonerações fiscais e dos subsídios que beneficiaram as empresas nacionais face à concorrência estrangeira. De acordo com Dweck e Teixeira (2017, p. 2), a política monetária manteve o viés expansionista, com o início de um ciclo de diminuição da taxa de juros, combinada com a redução dos *spreads* bancários¹¹ e a abertura de diversas linhas de crédito para financiamento nos bancos públicos. Em vista disso, dados levantados por Singer (2015) indicam que o governo Dilma potencializou o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) dirigido à produção, à aquisição e à exportação de bens de capital e à inovação tecnológica por meio de concessão de empréstimos da monta de 400 bilhões de reais para empresas privadas, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento

¹¹ *Spreads* bancários é a diferença entre os juros que o banco cobra ao emprestar e a taxa que ele mesmo paga ao captar dinheiro. O valor do *spread* varia de acordo com cada operação, dependendo dos riscos envolvidos. Normalmente, é mais alto para pessoas físicas do que para as empresas.

Econômico e Social (BNDES). Um dos focos dessa iniciativa de reindustrialização foi a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com renúncia fiscal de 600 bilhões até 2015 e a desoneração da folha de pagamento em 42 setores intensivos em mão de obra, deixando de arrecadar 25 bilhões em impostos. Ademais, também ocorreu a redução das alíquotas do IPI e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) sobre bens de investimento, por meio do Regime Especial de Reintegração dos Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) e para a cadeia automotiva, além de um pacote de 133 bilhões para o Programa de Investimentos em Logística (PIL), sob a forma de concessões para rodovias e ferrovias. Também houve reforma no setor elétrico, reduzindo em 20% o preço da eletricidade, no intuito de beneficiar a indústria, reduzindo os custos da atividade econômica e ganhando competitividade em relação aos produtos importados. Por fim, Singer (2015) aponta como incentivo ao ciclo de medidas para a indústria brasileira um aumento de 30% do IPI sobre os veículos importados ou que tivessem menos de 65% de conteúdo local.

No entanto, “em maio de 2013, com as perspectivas de retomada da economia norte-americana, o FED (Banco Central norte-americano) anunciou que o seu programa de expansão monetária seria eliminado gradualmente a partir de junho daquele ano” (Carvalho, 2018, p. 63). O anúncio influenciou, de sobremaneira, o aumento do volume de capitais especulativos nos países emergentes e, no caso do Brasil, foi o estopim de uma fuga acentuada de investimentos e, por extensão, de um processo de desvalorização acentuada do real em relação ao dólar. Como resposta, o Banco Central do Brasil aumentou as taxas de juros. No intuito de combater a elevação da inflação, “a taxa Selic foi elevada de 7,25% ao ano em março de 2013 para 11,75% em dezembro de 2014, em termos nominais” (Carvalho, 2018, p. 64).

Com o crescimento do PIB longe dos patamares alcançados nos anos anteriores e a dívida pública em ascensão, o Brasil passou a ter avaliações negativas por parte das agências de classificação de risco. Diante desse cenário, Singer (2015) assevera que, de forma concomitante, após três anos do aumento de relevância do setor produtivista, marcado pela publicação do documento *Brasil do diálogo, da produção e do emprego*, o cenário foi alterado de forma substancial. Os industriais pareciam ter

aderido ao programa rentista, o que culminou em corte de gastos públicos, queda no valor do trabalho e diminuição da proteção aos trabalhadores. Por fim, Carvalho (2018) reitera que o desenvolvimentismo foi contido pelo referido aumento dos juros, fazendo com que o governo Dilma perdesse o apoio dos industriais em decorrência da crescente atratividade do bloco rentista, ficando na defensiva até uma espécie de rendição completa no final de 2014.

Apesar desse cenário, o PT logrou êxito nas eleições presidenciais de 2014. Contudo, tão logo reeleita, a presidente Dilma não conseguiu manter as promessas de campanha e acentuou cortes nos investimentos públicos. Desse modo, Dweck e Teixeira (2017) salientam que foram adotados cortes de gastos em todas as áreas, realizando um dos maiores ajustes fiscais da história recente do Brasil. Foi, então, anunciada a:

redução de 58 bilhões de reais nos gastos com o PAC; uma economia de 18 bilhões pela alteração das regras para recebimento de seguro-desemprego, abono salarial e auxílio-doença; uma receita adicional de 12,2 bilhões pelo aumento das alíquotas de PIS/Cofins e Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre combustíveis; uma arrecadação extra de 5,3 bilhões pela redução da desoneração da folha (aumento da alíquota de 1-2% para 2,5-4,5%) e de 5 bilhões pela volta do IPI para veículos, entre outras iniciativas de menor impacto arrecadatário. [...] Os preços administrados, que vinham sendo represados, foram reajustados de forma brusca e cresceram 18,1% no ano. Os maiores aumentos se deram nas tarifas de energia elétrica (51%) e nos preços do gás de bujão (22,6%) e da gasolina (20,1%). Diante da aceleração da inflação, puxada principalmente por esse reajuste rápido de preços administrados, o Banco Central acabou elevando a taxa de juros básica da economia por cinco reuniões consecutivas. A taxa Selic passou, em termos nominais, de 11,75% em dezembro de 2014 para 14,25% em julho de 2015 – patamar em que foi mantida até outubro de 2016 (Carvalho, 2018, p. 97-98).

A Operação Lava Jato teve também sua contribuição na desestruturação de setores da economia brasileira, como o da construção civil e o da indústria de petróleo e gás, gerando a queda de receita, a falência de diversas empresas e a destruição de milhões de postos de empregos. Dados econômicos publicados por Carvalho (2018) atestam que o desemprego subiu de 6,2% (2014) para 9% (ao final de 2015), além de quedas de 2,7% no salário real médio e 3,9% no consumo. A dívida pública escalou de 56,3% para 65,5% do PIB, em virtude da elevação das taxas de juros, tendo ocorrido a maior recessão econômica da história recente do Brasil, com queda de 3,5% no ano

de 2015. Esse cenário fez com que a popularidade do segundo governo Dilma caísse drasticamente, as manifestações se multiplicassem nas ruas e a relação com o Congresso Nacional fosse se deteriorando até a concretização do processo de *impeachment* em agosto de 2016.

À luz das informações apresentadas, esta seção buscou realizar uma breve historiografia das políticas econômicas adotadas ao longo dos mandatos petistas (2003 - 2016). Nos próximos tópicos deste artigo serão apresentados o panorama político do PSOL e, posteriormente, a crítica do PSOL à condução da política econômica nos governos do PT.

3 O PSOL: PROGRAMA POLÍTICO-IDEOLÓGICO

O PSOL emerge como instrumento político de um projeto socialista e democrático, com uma concepção combativa frente ao governo do PT e apresentando-se como alternativa de esquerda marxista, buscando atrair e influenciar setores de massas: trabalhadores, estudantes, jovens, negros, mulheres, povos originários, idosos, defensores da livre orientação sexual, lutadores dos movimentos populares, sindicalistas.

O PSOL constituiu-se a partir de dissidências do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), tendo acolhido diferentes tendências e correntes de esquerda – trotskistas e eurocomunistas – que haviam discordado de políticas adotadas pelo PT (Moura, 2011). Para Lacerda e Moura (2010), o PSOL apresenta em sua estrutura organizativa tendências com diferenças programáticas e de atuação: a Ação Popular Socialista (APS), corrente majoritária que conta como expoente de maior renome Plínio de Arruda Sampaio; o Movimento Esquerda Socialista (MES) e o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), correntes que têm nas figuras dos políticos Luciana Genro, Martiniano Cavalcante e Heloisa Helena seus principais nomes. Existem outras tendências, porém com menos força política intrapartidária, como o Poder Popular, Corrente Socialista dos Trabalhadores; o Enlace, o Coletivo Socialismo e Liberdade; Liberdade, Socialismo, Revolução; e o Coletivo Revolutas.

As bases do programa estratégico, socialismo com democracia do PSOL, tratado como princípio na superação da ordem capitalista, têm como pilares norteadores: o desenvolvimento de organismos de auto-organização da classe trabalhadora, e a refundação da estratégia do socialismo no imaginário de milhões de homens e mulheres, reconstruindo a ideia de que o socialismo é indissociável da democracia e da liberdade. Sua defesa não é apenas a proteção das reivindicações dos trabalhadores organizados, mas a consequente busca de incorporação das exigências e lutas de todos os setores oprimidos.

A plataforma de ação do partido mencionado é constituída por uma combinação entre o rompimento com as estruturas de dominação internacional e as pautas nacionalistas que se expressam nas ações reivindicatórias de um programa mínimo¹². Esse programa de ações estratégicas do PSOL, de demandas dos trabalhadores e do povo pobre com medidas democráticas com vistas à luta imediata, resume-se em: defesa de melhores salários, combate ao desemprego e à corrupção, luta pela reforma agrária, luta por uma reforma tributária que taxe o grande capital e luta pela reforma urbana. Esses são alguns exemplos de reformas que o PSOL defende, na compreensão de que elas não se realizam plenamente nos parâmetros do sistema capitalista.

O PSOL objetiva, em seus documentos fundadores como o Programa do PSOL (2006a), Estatuto do PSOL (2009) e I Congresso do PSOL (2007), ser uma alternativa radical, íntegra, e de esquerda, defendendo as bandeiras históricas das classes trabalhadoras e oprimidas, buscando diferenciar-se dos partidos tradicionais de esquerda (PCdoB, PDT, PSB e, principalmente, o PT), entendidos pelo PSOL como partidos de conciliação de classes.

¹² Programa Mínimo, conceito pensado por Trotsky (2017), é entendido no programa do PSOL (2006a) por reivindicações políticas institucionais para as lutas trabalhistas – defesa de melhores salários, combate contra o desemprego e contra a corrupção, a luta pela reforma agrária – e que não são classificadas pelo partido enquanto reivindicações reformistas, pois no programa político ideológico essas políticas só serão plenamente realizáveis no sistema socialista. Por isso o PSOL ressalta a defesa das liberdades democráticas, como a conquista do sufrágio universal. As eleições, portanto, podem ser utilizadas pelos socialistas para chegar ao povo trabalhador e contribuir no avanço de sua consciência e politização. O PSOL defende medidas democráticas de caráter estritamente institucional-formal, ou seja, utilizando a constituição nacional enquanto parâmetro e instrumento para mudanças na sociedade, um programa político mais pragmático e de reforma ao invés de medidas radicais. Na perspectiva Trotskista, uma das tendências internas do PSOL, o programa mínimo fala das reformas dentro do capitalismo e o programa de transição vai além dessas, pois organiza a classe trabalhadora para derrubar o sistema capitalista e a tomada do poder político.

Sobre o espectro político-ideológico, mencionado no parágrafo anterior, Bolognesi, Ribeiro e Codato (2022) caracterizam partidos de esquerda, diferentemente de como o PSOL concebe um partido de esquerda, pela forte orientação programática voltada para realização de políticas públicas de caráter social (emprego e renda, moradia, educação, saúde); e alianças programáticas com partidos que compartilham com sua visão de mundo. Os autores utilizam alguns critérios para definir a posição de esquerda dos partidos políticos, tais como a maior intervenção do Estado na economia e a implementação de políticas públicas que gerem maior igualdade social. Assim, “tanto PCdoB quanto PT se aproximam mais dos partidos programáticos [com] forte orientação programática, parecem dispostos a fazê-lo através da conquista de eleitores e da execução de políticas públicas quando ocupam o Estado” (Bolognesi, Ribeiro e Codato, 2022, p. 16). Em contrapartida, o PSOL concebe ações em políticas sociais e de transferência de renda, mencionadas neste parágrafo, como táticas voltadas para um fim (o socialismo com democracia), enquanto o PT entende essas ações de forma teleológica, corroborando com a caracterização de Bolognesi, Ribeiro e Codato.

O PSOL constitui-se como representação (não apenas na arena eleitoral) da classe trabalhadora, como parte de uma alternativa de esquerda que busca dissociar-se dos partidos vinculados ao governo (PT, PCdoB, PSB e PDT), almejando claramente uma inserção social estratégica na classe trabalhadora e nos movimentos populares, com a perspectiva de que essa inserção fosse capaz de construir o lastro social de que o partido ainda não dispõe. Suas propostas políticas e eleitorais foram declaradamente classistas e socialistas. Porém, no curto prazo, propôs a realização de um programa mínimo de atendimento (PSOL, 2006a) às reivindicações dos trabalhadores (salário-mínimo, fim das terceirizações, estatização e nacionalização de empresas e recursos naturais sem indenizações e com administração dos trabalhadores). A defesa democrática do direito de participar das eleições, aliada a um conteúdo político classista de denúncia dos governos Lula e Dilma e do regime político existente, foi também a marca da campanha do PSOL nas eleições de 2006, 2010 e 2014. As demandas democráticas são parte constituinte do programa de transição, que procura a mobilização das massas para que levem à única saída para os trabalhadores: a conquista do poder.

Segundo o PSOL (2006b), não há perspectivas de transformação para a classe trabalhadora e as camadas populares sob o governo do PT, pois, no Brasil, as alianças entre a classe trabalhadora e a burguesia, com vistas à construção de um governo que possa desencadear um processo de pleno desenvolvimento social com qualidade de vida e bem-estar, com amplo acesso dos trabalhadores aos bens e serviços essenciais à vida, não passam de uma grande falácia. A propaganda de alguns partidos tradicionais de esquerda em defesa de uma alternativa nacional em que se inclua a burguesia, ou seja, no sentido de um “capitalismo autônomo” não se faz presente.

Assim, os principais aspectos programáticos, políticos e ideológicos que se estruturam com mais ênfase à oposição no campo da esquerda nacional entre PSOL e PT foram os seguintes:

1. A participação do PSOL nos processos eleitorais para apresentação de denúncias contra o PT. O propósito é evitar que a participação institucional seja mera mediação da domesticação dos radicais à ordem política institucional. Dessa forma, o conceito de revolução democrática¹³ é usado pelo PSOL no embate travado com o PT, buscando denunciar a suposta incapacidade do Partido dos Trabalhadores de promover uma democratização radical da sociedade e do Estado. Segundo o PSOL, tarefa não realizada pelo PT, que se deixou conduzir ao institucionalismo, enquanto partido que reproduz a hegemonia burguesa. Nessa perspectiva, a representação política é desvirtuada pelo PT, de seu conteúdo de aglutinação de forças e energia transformadora na perspectiva do socialismo, sendo utilizada de forma conservadora e dentro dos limites burocráticos e administrativos. Nesse confronto, o PSOL considera o PT incapaz de sequer produzir a independência política, pensada em um processo gradual enquanto base para as independências econômicas e sociais de caráter nacional.

2. A disputa pela hegemonia no campo da esquerda não deve ser erroneamente pensada nos limites políticos de conquistas eleitorais, cargos eletivos, número de eleitores, número de parlamentares etc. Deve-se estender o conceito de hegemonia

¹³ O programa de reivindicações não deve ser um fim em si mesmo, mas estar vinculado à estratégia da revolução socialista. Revolução democrática na visão do PSOL (2006a) se daria sobre os seguintes pontos: auditoria da dívida externa do Brasil, aumento gradual do salário mínimo, redução da taxa de juros, deixando a *posteriori* a ruptura com o imperialismo e sistema capitalista, no intuito de democratizar a esfera estatal e nacional primeiramente.

política no campo da esquerda para além dessa perspectiva institucional, ou seja, pensada em termos políticos e em igual importância em aspectos culturais e sociais (valores). Assim, a defesa de uma ação política ampla deve romper com os limites da lógica institucional-eleitoral a partir dos valores dominantes da democracia política em vigor. Essa postura contra hegemônica de atuação é fundamental para evitar que o partido predominante (PT) consiga neutralizar e isolar as forças dissidentes no curso da luta política – visão predominante no PSOL até 2016.

3. O PSOL exerceu pressão política, ao longo dos governos petistas pela realização de uma agenda de ações (esse seria um elemento tático dentro da estratégia socialismo com democracia do partido), vislumbrando a construção do bloco histórico¹⁴, na perspectiva de radicalização da democracia para além dos seus pilares formais (elemento estratégico utilizado pelos partidos socialistas de caráter marxista). Assim, o PSOL buscou pressionar e rivalizar com o PT, com o propósito de disputar entidades de massa e/ou se cacifar na base de sustentação do governo.

Em síntese, evidenciou-se uma conjuntura política nacional desfavorável, com o apoio de parcelas pró-governo dentro do movimento de massas, com a manutenção – quando não o fortalecimento direto – da hegemonia do governo sobre o sindicalismo e os movimentos sociais. Desse modo, restou um espaço minoritário para a oposição de esquerda (PSOL) como alternativa político-partidária.

4 O PSOL E A POLÍTICA ECONÔMICA DO PT

Como demonstrado nas seções anteriores, segundo o PSOL, o governo Lula furtou-se das aspirações revolucionárias que outrora o orientara (nos anos 1980)¹⁵ e,

¹⁴ Elemento estratégico utilizado pelos partidos socialistas de caráter marxista na perspectiva do socialismo. Diferente de uma simples aliança de grupos, o bloco histórico envolve uma confluência de interesses materiais (estrutura), ideológicos e relações de poder (superestrutura) que se articulam de forma a consolidar uma estratégia socialista (Voza, 2017).

¹⁵ “Contrariando as previsões da política tradicional, o PT ascendeu ao longo dos anos 80 como possibilidade contra a ordem. No entanto, durante a década de 90 foi se adaptando ao regime político vigente, ainda que seguisse cumprindo um papel razoavelmente progressista de resistência contra o neoliberalismo. Sua experiência no governo federal, porém, frustrou as expectativas daqueles que esperavam uma verdadeira mudança no país a favor dos interesses populares. A política petista que sucumbiu foi a mais preciosa, aquela que o identificava com a classe trabalhadora e por isso lhe criava possibilidades de ser um partido transformador. Restaram escombros de um partido restrito aos limites eleitorais e adaptado ao sistema. Este PT que sobrou ainda terá peso como partido eleitoral, mas o partido transformador da ordem capitalista esvaiu-se” (PSOL, 2007, p. 4).

desde o início do seu governo, não angariou esforços de enfrentamento às políticas neoliberais. Ao contrário disso, manteve a continuidade da política tradicional, acompanhada pelo espectro do neoliberalismo progressista¹⁶ que parecia ignorar qualquer sinal de crise que assolava o restante do mundo. Isso ficou evidente a partir da declaração do presidente Lula, em 4 de outubro de 2008, em São Bernardo do Campo-SP, acerca da crise iniciada nos EUA: “Lá (nos EUA), ela é um tsunami; aqui, se ela chegar, vai chegar uma marolinha que não dá nem para esquivar” (Galhardo, 2008, p. 1). Como destacamos, o otimismo promovido por um crescimento econômico insustentável assegurava a retórica de tal pronunciamento. Contudo, como em toda bolha do capital, sabidamente artificial, essa pujança manifesta pelo Brasil não se manteve durante a vigência da crise econômica mundial, experimentada nos governos Dilma.

Se por um lado a dinâmica econômica implementada espoliou ainda mais as classes mais vulneráveis, por outro, a acidez desse sistema corroía a sua própria estrutura. Cientes dos impactos da crise e das suas profundas marcas na política econômica nacional, o PSOL defendeu medidas protecionistas, acreditando que o Estado não deveria auxiliar o mercado financeiro. *A priori*, isso significava abandonar as políticas econômicas adotadas até então, a começar pelo pacto social elaborado pelo PT, pautado em uma frágil tentativa de conciliação de classes baseada na crença de que todos ganhariam. O PSOL (2005) defendeu a necessidade de construir uma política orientada pela ruptura com o Fundo Monetário Internacional e suspensão do pagamento da dívida externa. Para o partido, a submissão do orçamento público ao pagamento de juros e amortizações beneficiaria as classes dominantes, inclusive sob os governos petistas.

Por conseguinte, o rompimento com o mercado financeiro – os verdadeiros responsáveis pela crise, segundo a ótica do PSOL – e a adoção de políticas que priorizassem a defesa dos direitos sociais deveriam ser um imperativo. Logo, investimentos na área da saúde, da educação e da habitação são admitidos como

¹⁶ Segundo Fraser (2020), na obra *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*, o neoliberalismo progressista adquire contornos no governo de Bill Clinton. Em linhas gerais, nesse modelo governamental, as políticas públicas adotadas buscam atender parte das pautas reivindicatórias oriundas das minorias sociais. No entanto, isso não significa alterações estruturais, até mesmo porque os interesses econômicos de uma elite financeira não são maculados.

medidas governamentais irrevogáveis, haja vista estarem previstas no Art. 6º da Constituição brasileira (Brasil, 2016). A partir desse entendimento, o PSOL reivindicava a manutenção do orçamento público, sem cortes. Nessas áreas, o governo Lula não causou frustrações. Como demonstrado por Rockmann (2011),

para enfrentar esse momento de instabilidade e de retração do comércio mundial, o governo federal tomou uma ação inédita desde 1995, ampliando os gastos sociais da União em um momento de desaceleração da economia. O investimento social pulou de 14,19% do PIB em 2008 para 15,82% em 2009, recorde histórico do indicador. De 2008 para 2009, o gasto na área social ganhou R\$55 bilhões, enquanto o pagamento de juros da dívida externa perdeu R\$32 bilhões.

Ainda no campo dos direitos sociais, segundo o PSOL o governo do PT não realizava investimentos diretos no setor habitacional. Ao contrário disso, fomentou a parceria entre os setores público e privado, acentuando ainda mais a precarização dos direitos sociais. Isso porque, como ressalta Braga (2017, p. 172):

Apesar dos bilhões de reais em subsídios públicos, o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) acabou reproduzindo o velho padrão periférico de expansão das cidades por meio da segregação espacial entre ricos e pobres. Por um lado, se o MCMV atingiu uma parte das classes subalternas que não era atendida pelos governos em termos de habitação popular, por outro o programa não modificou a segregação espacial que domina a paisagem urbana no país. Em suma, trata-se de uma política de financiamento da casa própria desenhada para fortalecer um tipo de acumulação rentista apoiada no endividamento e, conseqüentemente, na espoliação das economias das famílias trabalhadoras.

Corroborando o relato de Braga (2017), o Relatório do TCU (Brasil, 2009, p. 23) documenta que o Banco Central disponibilizou às instituições financeiras nacionais 24 bilhões de reais para compra de participação acionária de bancos menores com problemas de liquidez e de solvência.

Para o PSOL, as orientações do governo, ainda que exitosas, significavam o aprofundamento do neoliberalismo financeiro e, sobretudo, a legitimação desse sistema, mediante a atuação dos seus agentes externos, submetendo o mercado nacional ao estrangeiro e reforçando nossa condição histórica de capitalismo periférico dependente dos grandes centros: “No Brasil o governo Lula funciona como contrapeso para conter

a esquerdização latino-americana, estabilizar a crise em favor do neoliberalismo e evitar mudanças estruturais de conteúdo popular” (PSOL, 2007, p. 3).

Portanto, ainda que tenha ocorrido um alinhamento econômico com as políticas neoliberais, houve comprometimento, naquele momento, com a proteção de políticas públicas sociais, revelando uma perspectiva de conciliação de classes. Logo, não só as expectativas do PSOL frente à possibilidade de mudanças estruturais do PT foram frustradas, como também ocorreu o fortalecimento do liberalismo financeirizado nesses governos.

5 ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO PSOL SOBRE A POLÍTICA ECONÔMICA DO PT

A crítica da condução da política econômica dos governos petistas pelo PSOL constituiu a base para a seguinte pergunta de pesquisa: quais as críticas do PSOL às políticas econômicas dos mandatos petistas entre 2003 e 2016? Os relatórios do I e II congressos nacionais do PSOL em 2007 e 2009, respectivamente, deram origem ao seu Estatuto e Programa Político. Desse modo, o relatório do 1º Congresso do PSOL (2007) apresentou críticas à política econômica do governo Lula, o qual teria mantido e aprofundado as diretrizes econômico-financeiras herdadas, adotando um ajuste fiscal rigoroso voltado à garantia da rentabilidade do capital financeiro. Segundo essa interpretação, tal orientação esteve associada a uma política monetária marcadamente conservadora que se intensificou no segundo mandato presidencial, destinada a assegurar a supremacia do capital financeiro. O PSOL (2007) sustenta que esse projeto contou com o apoio de partidos considerados burgueses, como o PFL (atual DEM) e o PSDB, cujas divergências em relação ao governo se limitaram à disputa pelo controle do aparelho do Estado, sem questionar a orientação econômica.

Os argumentos apresentados pelo PSOL estruturam-se na crítica ao processo de conciliação de classes promovidos pelos governos do PT, ao afirmar que a matriz econômica adotada não seria capaz de garantir a continuidade da melhoria das condições socioeconômicas e das relações de trabalho durante os momentos de crise. Além disso, argumenta que estava em curso um avanço do processo de despolitização da classe trabalhadora, em razão do enfraquecimento da capilaridade de sindicatos,

entidades de classe e associações, havendo também incentivo à falta de combatividade dos movimentos sociais, configurando um importante marcador do que Singer (2012) denominou de “um reformismo fraco”.

Diante do exposto, Filgueiras *et al.* (2010) explicitam que a dinâmica da economia brasileira do período Lula, bem como a natureza da sua política macroeconômica, só pode ser avaliada no seu sentido político mais profundo quando levadas em consideração certas características estruturais que configuram o atual padrão de desenvolvimento capitalista (associado a um determinado bloco de poder político) – padrão e associação constituídos ao longo dos anos 1990 no Brasil. Dessa forma, o primeiro governo Lula herdou essa nova configuração política do bloco de poder, bem como a política macroeconômica vigente, fortalecendo e legitimando ambas perante aos setores subalternos da sociedade.

Em vez de contestar o bloco de poder e a política macroeconômica, o novo governo referendou e assumiu a condição de árbitro desse arranjo, agregando e ratificando explicitamente, no interior do aparelho de Estado, os interesses e as demandas do capital financeiro e da fração exportadora do capital, em particular do agronegócio. Complementando suas ideias, Filgueiras *et al.* (2010) ressaltam que entre o final do primeiro (2006) e início do segundo governo Lula (2007) foi possível flexibilizar o manejo da política macroeconômica, obtendo-se resultados melhores em termos de controle da inflação, crescimento, emprego e salário, dívida pública etc. Nesse novo contexto, a expansão e a melhoria da infraestrutura existente do país tornaram-se essenciais para o novo arranjo político-econômico. Por fim, o autor afirma que foram parcialmente incorporados às demandas dos setores subalternos, sem ferir os interesses do grande capital. Essa é a base do novo consenso, do crescimento com distribuição na era do capital financeiro (realizado com a expansão do crédito, em particular do crédito consignado, o aumento real do salário-mínimo e a política social do programa Bolsa-Família), levando à incorporação marginal de parte da população com renda de consumo menor, tendo como contrapartida a desmobilização política dos movimentos sociais e dos sindicatos, a desqualificação maior ainda dos partidos e, por conseguintes, o surgimento, o desenvolvimento e a consolidação do lulismo.

Durante os mandatos de Dilma, o PSOL orientou sua crítica aos cortes nos investimentos públicos, ao direcionamento do orçamento da União para o setor privado, sem que houvesse qualquer contrapartida das empresas, e a adoção de medidas de austeridade fiscal contra a população mais pobre durante o recrudescimento da Crise Econômica Mundial, a partir de 2014.

Nesse sentido, o material produzido no 3º Congresso Nacional do PSOL (PSOL, 2011) destaca o papel subimperialista das empresas transnacionais brasileiras na expansão dos investimentos via BNDES, tanto na América Latina quanto em alguns espaços da África Lusófona, enquanto tece crítica à transferência de recursos públicos para o setor privado mediante renúncias fiscais e da multiplicação das concessões a partir do início do primeiro mandato da presidenta Dilma. Diante disso, as resoluções 1 e 2 do Diretório Nacional do PSOL – no Brasil a luta continua! – publicadas, no ano seguinte, na data de 18/06/2012, asseveram que:

1. No Brasil os efeitos do agravamento da crise econômica mundial já se fazem sentir. A divulgação do Produto Interno Bruto no primeiro trimestre deste ano, de apenas 0,2%, e a clara desaceleração das atividades industriais acendeu a luz amarela no governo Dilma. O Brasil conseguiu ficar atrás de todos os países que compõem o BRICS, além dos de igual porte da América Latina. O posicionamento do Ministro da Fazenda, admitindo que o governo não contava com o agravamento da crise internacional, é sintomático.
2. A capacidade e disposição do governo de enfrentar a crise são limitadas pelos seus compromissos com o capital financeiro e pela política de superávit primário e religioso pagamento da dívida pública. O Orçamento Federal de 2012 prevê que 47,19% dos recursos arrecadados será desviada para engordar os banqueiros através do pagamento de juros, amortizações e rolagem da dívida pública (PSOL, 2012).

Na mesma linha de argumentação, as resoluções do 4º Congresso Nacional do PSOL (PSOL, 2013) destacam as denúncias da agenda de privatizações de rodovias, portos e aeroportos, além de uma série de retrocessos no financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), de ataques à legislação trabalhista, de corte de recursos nas políticas sociais e desvalorização do funcionalismo público, somado ao loteamento dos campos de petróleo do Pré-sal para iniciativa privada realizados ao longo do primeiro mandato de Dilma, sendo sintetizados nos itens 7, 8 e 9 da resolução da conjuntura nacional do 4º Congresso Nacional do PSOL, publicado em 09/03/2013, da seguinte forma:

7. A governabilidade conservadora que dá sustentação ao governo Dilma não só foi mantida, como teve o núcleo duro de sua política aprofundado. Continuaram as privatizações das estradas, portos e aeroportos; as articulações para ampliar o repasse de recursos públicos para os planos de saúde privados por meio de financiamento do BNDES, aprofundando o subfinanciamento e o sucateamento do SUS (Sistema Único de Saúde); a ofensiva contra os direitos indígenas (PEC 215 e PLP 227) e os direitos trabalhistas (PLP 4330); bloqueio ao aumento do gasto público em políticas sociais e na valorização do funcionalismo público; e a privatização de 60% do Campo de Libra, do pré-sal, a maior reserva de petróleo já descoberta no país.
8. Em relação à política econômica, no que pese o esforço do governo no oferecimento de vantagens especiais ao empresariado e em especial às empreiteiras através de generosos empréstimos subsidiados pelo BNDES, o nível de investimento continua baixo, ao passo que as taxas de juros brasileiras voltaram a liderar o ranking das maiores taxas do mundo.
9. Enquanto o governo sonha com o aumento do investimento privado, 46% do orçamento da união em 2013 (900 bilhões de reais) foram drenados para o pagamento dos serviços da dívida pública, incluindo juros e amortizações, mantendo intacta a faceta financeira da política econômica (PSOL, 2013).

As teses do 5º Congresso Nacional do PSOL (PSOL, 2015) dão conta de que a reeleição de Dilma teria trazido um aprofundamento de uma guinada à direita, com um ajuste fiscal mais rígido e a diminuição acentuada nos investimentos públicos que, por sua vez, culminaram na piora do quadro econômico do Brasil. A leitura desse cenário, pode ser apreendida na seção conjuntura nacional do referido congresso, publicada em 06/12/2015, com os seguintes argumentos:

O agravamento da crise e a opção do governo Dilma para a aplicação de um ajuste fiscal conservador apontam o fim do ciclo petista. Em 12 anos, milhões de brasileiros ascenderam entre a pobreza extrema, a pobreza e a classe média. A massificação dos programas sociais, o aumento real do salário-mínimo e aposentadorias e a expansão do crédito incorporou milhões ao mercado de consumo. Essa inserção aconteceu, no entanto, pela ampliação do consumo e não pela extensão dos direitos sociais. O fracasso dos governos Lula e Dilma em garantir estes direitos foi a senha para o “salve-se quem puder”. A ascensão pelo consumo, e não pela ampliação de direitos, formou consumidores e não cidadãos, fazendo com que os que ascenderam reproduzissem padrões de consumo, valores, comportamento e opções eleitorais das camadas sociais imediatamente acima de si mesmas. Esse fenômeno explica a crescente retomada da influência eleitoral da direita tradicional e o significativo aumento de sua capacidade de mobilização (PSOL, 2015).

Por fim, a análise de conjuntura realizada pelo 6º Congresso Nacional do PSOL (PSOL, 2017) não foca nos desdobramentos da condução da política econômica brasileira durante o segundo mandato de Dilma (2015-2016), fazendo a opção de

centrar esforços no processo de *impeachment* e na atuação conservadora do governo Michel Temer. Como descrito no trecho a seguir:

O golpe abriu uma nova etapa na luta de classes no país, com uma reorganização da direita e da esquerda. De um lado, o avanço das forças mais conservadoras, tanto no plano econômico quanto nas questões morais e de comportamento. O descontentamento com a política tem produzido sua negação e abre espaço para hipóteses como Jair Bolsonaro ou Luciano Huck. De outro lado, já está em curso um processo de reorganização da esquerda em torno da luta contra o golpe, contra a retirada dos direitos sociais e dos trabalhadores e contra os ataques do governo (PSOL, 2017).

Conforme Filgueiras (2017), a crise inicialmente impôs obstáculos ao processo de flexibilização do tripé macroeconômico e, posteriormente, inviabilizou sua continuidade, bem como a tentativa de conciliar interesses divergentes entre diferentes frações do capital e setores populares. Diante desse panorama, evidenciou-se a fragilidade e o caráter reversível dos benefícios conjunturais destinados à classe trabalhadora, o que se materializou com o retorno a uma versão mais ortodoxa do tripé macroeconômico e na adoção de orientação neoliberal.

Além disso, Filgueiras (2017) acentua que o capital financeiro retorna a ter preponderância sobre as demais frações do capital com a aplicação do tripé macroeconômico como política econômica hegemônica de Estado. Abriu-se, portanto, uma disputa entre a burguesia cosmopolita e a burguesia interna por causa do comando do Estado e de suas políticas, culminando na derrota da segunda, impulsionada pelo *impeachment* da presidente Dilma e pelo retorno da agenda neoliberal em sua face mais radical. É nesse contexto que se deve compreender o “cavalo de pau” dado pelo segundo Governo Dilma, com a adoção do ajuste fiscal defendido pelos adversários derrotados na eleição, o que não se tratou meramente de uma tentativa de ajuste nas contas do governo, e sim de uma retomada do regime de política macroeconômica implementado no segundo Governo FHC e em parte do primeiro Governo Lula. Com isso, podemos compreender que dentro do mesmo padrão de desenvolvimento é possível ter distintos regimes de política macroeconômica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de 2010, o Brasil vivia seu melhor momento econômico da história democrática recente, tendo alcançado a 6ª posição entre as maiores economias do globo, quitado a sua dívida externa junto ao FMI e, substancialmente, melhorado as condições socioeconômicas de milhões de brasileiros que, outrora, viviam na condição de pobreza extrema. Segundo Oliveira (2017), em momento paralelo, o PSOL, que havia alcançado a cifra de 6% e ocupado a 3ª colocação no primeiro turno da eleição presidencial de 2006, amargou um desempenho eleitoral de apenas 0,87% dos votos válidos em 2010 e em 2014 obteve pouco mais de 1,5% da votação. Em nenhuma das eleições presidenciais, o PSOL partido passou do 1º turno, em contrapartida o PT se consolidava como hegemônico no Governo Federal. Nesse contexto, uma questão estava posta: quais seriam as justificativas para o PSOL permanecer em oposição ao PT?

Em síntese, este estudo conclui que para o PSOL o PT seria refém de um discurso melhorista, nos marcos do que “é possível fazer”, obedecendo às regras da ordem e da lógica do capital, restrito à disputa pela máquina governamental. A política econômica do governo está dirigida para atender os interesses dos mercados internacionais, com altas taxas de juros, livre circulação dos capitais especulativos e remessa de lucros das empresas estrangeiras, fazendo do Brasil um exportador de capitais para os países de capitalismo central.

O argumento utilizado pelo PSOL era o de que o presidente Lula teria traído as bandeiras da esquerda, que outrora identificavam na sua candidatura a importância histórica que ela poderia representar. Esse governo significaria uma mudança de eixo da política econômica e social, e de ruptura com os governos anteriores, vistos como de direita e ligados a interesses burgueses. Levavam-se em conta o histórico e a base social tradicional do PT no movimento popular. Acreditava-se, naquele momento, que os objetivos de mudança poderiam ser cumpridos com a mobilização dos movimentos de massa, pressionando o governo a implantar um programa de cunho popular.

Percebemos, portanto, que em suas críticas o PSOL tenta realçar os aspectos supostamente contraditórios da política econômica do PT que dariam a legitimação e o suporte necessários a se tornar a principal liderança de esquerda no Brasil naquele momento, posto que não se confirmou. O processo de deflagração dos contrastes

“produzidos” pelo PT, de seu alinhamento às políticas econômicas tidas de caráter burguês e reformista e das críticas aos aspectos sociais são entendidos pelo PSOL como políticas de governo pontuais e assistencialistas, e não políticas públicas essencialmente substanciais para a melhoria na qualidade de vida da população, em caráter prolongado. Dessa maneira, a conjuntura externa, a correlação de forças antagônicas existentes durante os governos petistas foi insuficiente, na visão do PSOL, para atenuar qualquer crítica ao PT.

De fato, o PSOL não existiria sem as reformas do PT. No intuito de influenciar setores organizados das massas (sindicatos, movimentos sociais e setores da sociedade civil), o partido em apreço utilizou a crítica política e econômica ao PT como estratégia, procurando fortalecer uma imagem própria nos embates políticos, almejando um espaço à esquerda que imaginou estar disponível. Assim agiu, segundo diversos informes publicizados pelo próprio partido, em razão de o PT ter se afastado de suas origens históricas, de partido operário comprometido com as lutas dos trabalhadores e com o combate a todas as variantes burguesas. Ou seja, ao se posicionar contrário à atuação pragmática do partido mais forte do seu espectro político, o PSOL não perseguiu apenas o eleitorado que não migrou com o PT para o centro, mas vislumbrou possibilidades de ganhar influência junto aos setores de massas.

Sob essa perspectiva, é preciso perceber que, na conjuntura dos anos que prevaleceram os governos do PT, não houve condições sociais, políticas e econômicas que permitissem uma guinada à esquerda, tal como, idealizou o PSOL em contraponto ao PT no tocante aos valores da esquerda marxista que influenciou sua perspectiva econômica em relação ao Partido dos Trabalhadores.

Segundo Rossi e Mello (2016), o cenário de desaceleração da economia brasileira, na segunda década do século XXI, também foi, em grande medida, reflexo de entraves estruturais típicos do subdesenvolvimento que não foram superados ainda. Essa leitura demonstra que os receituários econômicos neoliberais não dispõem de ferramentas capazes de superar essa condição, sendo necessária a implementação de um modelo de desenvolvimento econômico que tenha como objetivo a garantia de direitos e a dignidade para população, também nos momentos de crise. Nesse sentido, acreditamos que esse fator foi fundamental para que o PSOL permanecesse no campo

de oposição ao PT, por defender que a população mais pobre deve, sempre, caber no orçamento público.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Disponível em: <<https://archive.org/details/abbagnano-nicola.-dicionario-de-filosofia/page/823/mode/2up>> Acesso em: 09 fev. 2025.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**– A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2025.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 66, p. e20210164, 2022.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 mai. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União – TCU. Relatório de contas do governo exercício de 2009 – Plenário. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas_2009/index.htm> Acesso em: 17 nov. 2021.

CARVALHO, Laura Barbosa de. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?. **Revista Novos Rumos**, Marília, SP, v. 49, n. 1, p. 117-126, 2012. Disponível em <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2383/1943>> Acesso em: 22 nov. 2025.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica** (Texto para Discussão n. 303). Campinas, SP: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2017.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos

Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FILGUEIRAS, Luiz. Economia, política e o bloco no poder no Brasil. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.27, n.2, p.147-173, jul.-dez. 2017.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GALHARDO, Ricardo. Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 out. 2008. Caderno de economia, p. 1. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>> Acesso em: 18 set. 2025.

LACERDA, Alan Daniel Freire; MOURA, Pablo Thiago Correia. As Razões da Esquerda Radical: eleições e organização partidária em um extremo ideológico. In: VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP 2010. **Anais**: Recife, ABCP, 2010.

LOUREIRO, Maria Rita; SANTOS, Fábio Pereira; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Democracia, arenas decisórias e política econômica no governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, p. 63-76, 2011.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006.

MOURA, Pablo Thiago Correia de. As razões da esquerda radical PCB, PSTU e PSOL: estrutura organizativa e objetivos políticos. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

OLIVEIRA, Heythor Santana de. **PSOL – Relação da Origem no desenvolvimento de sua Organização, Participação Eleitoral e Atuação Parlamentar**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, p. 189. 2017.

OREIRO, José Luis. Do tripé macroeconômico ao fracasso da nova matriz: a evolução do regime de política macroeconômica no Brasil (1999-2014). **Revista Politika**, Rio de Janeiro, p. 16-33, 2015.

OREIRO, José Luiz; DE PAULA, Luiz Fernando. **Macroeconomia da Estagnação Brasileira**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. Território, circuitos industriais e sistemas técnicos: articulações escalares em tempos de acumulação capitalista com predominância financeira. In: OLIVEIRA, Floriano Godinho de; DIAS, Leandro; TUNES, Regina. (orgs). **Espaço e economia: geografia econômica e a economia política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. 600 p.

PSOL. **Proposta para enfrentar a crise e construir uma alternativa política**. 2005.

PSOL. **Programa Político do PSOL.** 2006. Disponível em: <<https://psol50.org.br/partido/programa/>> Acesso em: 16 out. 2025a.

PSOL. **Resolução Política da Reunião do Diretório Nacional do PSOL.** 2006b.

PSOL. **Relatório do 1º Congresso do PSOL.** 2007.

PSOL. **Estatuto do Partido Socialismo e Liberdade.** Brasília, 2009. Disponível em: <<https://psol50.org.br/partido/estatuto/>> Acesso em: 21 out. 2021.

PSOL. **Resoluções do 3º Congresso do PSOL.** 2011. Disponível em: <<https://psol50.org.br/resolucoes-do-3o-congresso-do-psol-2/>> Acesso em: 16 out. 2025.

PSOL. **Diretório Nacional do PSOL de 16 e 17 de junho - NO BRASIL A LUTA CONTINUA!** 2012. Disponível em: <<https://psol50.org.br/diretorio-nacional-do-psol-de-16-e-17-de-junho-no-brasil-a-luta-continua/>> Acesso em: 16 out. 2025.

PSOL. **Resolução do 4º Congresso do PSOL.** 2013. Disponível em: <<https://psol50.org.br/resolucao-de-conjuntura-nacional-aprovada-no-4o-congresso-do-psol-aponta-que-e-hora-de-mudancas-para-o-pais/>> Acesso em: 16 out. 2025.

PSOL. **5º Congresso aprova resolução de conjuntura nacional.** 2015. Disponível em: <<https://psol50.org.br/5o-congresso-aprova-resolucao-de-conjuntura-nacional/>> Acesso em: 16 out. 2025.

PSOL. **Resolução do 6º Congresso do PSOL.** 2017. Disponível em: <<https://psol50.org.br/conjuntura-nacional-unidade-para-derrotar-as-reformas-do-governo/>> Acesso em: 16 out. 2025.

ROCKMANN, Roberto. Investimento Social: Investimentos sociais da União crescem mesmo durante a crise. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, DF, IPEA, ano 8, edição 70, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2670:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 20 out. 2025.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Componentes macroeconômicos e estruturais da crise brasileira: o subdesenvolvimento revisitado. **Brazilian Keynesian Review**, Porto Alegre, RS, v. 2, n. 2, p. 252-263, 2016.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Carta ao Povo Brasileiro. **Fundação Perseu Abramo**, São Paulo, jun. 2002. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2025.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos-Cebrap**, São Paulo, v. 102, p. 39- 67, 2015.

TROTSKY, Leon. **Programa de transição da IV Internacional**. São Carlos: Sundermann, 2017.

TSE. **Estatística das eleições 2006**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>>. Acesso em: 17 set. 2025.

TSE. **Estatística das eleições 2010**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/estatisticas>>. Acesso em: 17 set. 2025.

VOZA, Pasquale. Bloco Histórico. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pascale (org.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

Artigo recebido em: 02 de junho de 2025

Aprovado em: 15 de junho de 2026

PARA CITAR ESTE ARTIGO:

ABNT

MOURA, Pablo Thiago Correia de; COSTA, Alexsander; SOUZA, Joazadaque Lucena de. PSOL: panorama político do partido e crítica à política econômica dos governos do PT entre 2003 e 2016. **ZIZ: Revista Discente de Ciência Política**, v. 5, n. 1, e-004, 2026.

APA

Moura, P. T. C., Costa, A., & Souza, J. L. (2026). PSOL: Panorama político do partido e crítica à política econômica dos governos do PT entre 2003 e 2016. *ZIZ: Revista Discente de Ciência Política*, 5(1), e-004.

VANCOUVER

Moura PTC, Costa A, Souza JL. PSOL: panorama político do partido e crítica à política econômica dos governos do PT entre 2003 e 2016. *ZIZ: Revista Discente de Ciência Política*. 2026;5(1):e-004.